

APRESENTAÇÃO

Em meio à recente trajetória de consolidação da segurança pública como campo de conhecimento em formação e práticas interdisciplinares, o Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania (PPGSPCID), da Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios (FaPPGEN), da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), ocupa um papel primordial.

Esta coletânea de trabalhos desenvolvidos no Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania, do PPGSPCID/FaPPGEN/UEMG, vem contribuir para a produção de conhecimento da área e refletir sobre possíveis soluções para os dilemas sociais que envolvem a segurança pública no Brasil.

A obra foi organizada por eixos, de modo que o primeiro agrupou estudos que permeiam as discussões da Linha de Pesquisa 1 e o segundo reuniu estudos da Linha de Pesquisa 2, ambas do Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania. Sendo assim, no eixo I os trabalhos abordam temas como a gestão e políticas de segurança pública, e no eixo II são apresentados trabalhos com abordagens sobre violência, criminalidade e controle social.

A diversidade das temáticas e das abordagens teóricas convergem para a centralidade do princípio da dignidade da pessoa humana como um bem inegociável, sendo ele o alvo dos esforços interpretativos, em uma perspectiva teleológica, para contribuir na elaboração de políticas públicas voltadas à segurança do cidadão e da cidadã.

O campo da segurança pública exige o envolvimento de todas as pessoas, não sendo uma exclusividade das polícias e de outras agências do Estado. Entretanto, os governos devem garantir minimamente aos cidadãos os direitos assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, uma vez

que parte expressiva dos problemas que alimentam os fatores de risco, as condições e as percepções de insegurança está associada à distribuição e acessos desiguais aos bens sociais, relacionando-se, portanto, aos padrões de qualidade de vida desfrutados pelos cidadãos e cidadãs nos espaços públicos.

Portanto, nas discussões sobre segurança pública, não se pode perder de vista o caráter dinâmico e plural dos processos de socialização, em que diversos grupos de interesses convergentes e divergentes estão a atuar de maneira a fazer valer as suas reivindicações, direitos e deveres. Assim, a gestão da segurança pública, num ambiente democrático, depende de variáveis extrapoliciais relacionadas às condições de vida, tais como: ocupação e uso do solo urbano; urbanização; intervenções urbanísticas; distribuição dos equipamentos coletivos; acesso à infraestrutura social e urbana; meio ambiente; serviços de utilidade pública; e ambiente comunitário.

Na esfera da administração pública, as demandas sociais se relacionam às necessidades por resultados mais eficientes, impactando a formulação de políticas públicas e fazendo com que a principal característica do contexto contemporâneo seja a transformação, com foco numa perspectiva societal planejada.

O planejamento de ações na área de segurança pública pode ser concebido como um processo de sistematização de atividades vinculadas, que envolvem os níveis global, nacional, regional, microrregional e local, mantendo-se sempre uma visão setorial como condição necessária para que se atinjam os objetivos almejados pelos cidadãos e cidadãs. O controle do destino da sociedade pela sociedade perpassa o cotidiano vivenciado pelas pessoas e as relações sociais que configuram o capital social.

As dimensões do capital social são expressas em grupos e redes quando as pessoas participam de grupos e associações, formalmente organizados ou não, para realizar atividades ou para se reunir de maneira regular, como movimentos políticos, associações de moradores, grupos esportivos, ONGs, associações de pais e mestres, entre outros. Outras dimensões do capital social são a confiança e a solidariedade entre pessoas de uma comunidade. As redes sociais facilitam a formação de identidades mais amplas e a cooperação, transformando a mentalidade do “eu” em “nós”, criando, assim, uma identidade. Essas redes expressam a riqueza da variedade de situações da vida social.

A segurança pública é, portanto, percebida como um bem democrático multidimensional, legitimamente desejado por todos os setores sociais, um direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada pessoa. Esse conceito possibilita pensar a segurança pública em sua relação com o processo de construção da cidadania em ambientes democráticos.

Assim, Segurança pública e cidadania: desafios contemporâneos é um esforço de investigação científica, coletivamente construído por pesquisadoras e pesquisadores comprometidos ética e academicamente com problemas sociais complexos. Sua natureza inter e multidisciplinar revela a essência do esforço epistemológico necessário para lançar luz sobre a compreensão dos fenômenos multivariados e sobre as temáticas que emergem do campo da segurança pública cidadã e emancipatória.

Para iniciar essa discussão, no eixo “Gestão e políticas de segurança”, o primeiro capítulo apresenta contribuições acerca das inovações tecnológicas para o desempenho

policial no combate e na prevenção da criminalidade, a partir da perspectiva da gestão e das políticas públicas. Nesse mesmo capítulo, são discutidas as possibilidades do *Big Data* como ferramenta que propicia, com base em um conjunto de dados, melhores algoritmos, sistemas de expansão de redes compartilhadas e a probabilidade de encontrar *insights* ocultos e pistas sobre o crime. Esses aspectos são tratados em um contexto em que volume, variedade, velocidade e veracidade das informações se fazem necessários para a gestão de um policiamento dinâmico e ético.

O segundo capítulo aborda a violência de gênero a partir dos grupos reflexivos apoiados na justiça restaurativa, evidenciando as experiências do Programa Dialogar de Belo Horizonte (MG). A violência doméstica e familiar contra a mulher traz complexidades e desafios por se tratar de um fenômeno social que envolve aspectos psicológicos, comportamentais e afetivos, além da estrutural desigualdade de gênero e das relações de poder ligadas à dominação masculina e ao patriarcado. Diante desse cenário complexo, o estudo discute o Programa Dialogar, implementado pela Polícia Civil de Minas Gerais, com o intuito de demonstrar que há políticas públicas de segurança que buscam enfrentar a violência contra a mulher, por meio da interrupção dos ciclos repetitivos e intergeracionais desse fenômeno social.

O terceiro capítulo discute as relações de trabalho e saúde de uma instituição de segurança pública. Nele, são abordadas teorias cuja centralidade é a compreensão dos fatores que, no final da década de 2000, estavam relacionados à rotatividade e ao adoecimento dos trabalhadores civis envolvidos com o Centro de Operações Bombeiro Militar, do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. A partir das observações clínicas do trabalho, foram registrados os impactos da

organização e das condições de trabalho sobre o cotidiano dos teleatendentes, apontando suas possibilidades e limites para a gestão do trabalho.

O quarto e último capítulo desse eixo traz contribuições sobre a discricionariedade normativa como um mecanismo estratégico de estigma e controle dos destinatários da política criminal brasileira de combate às drogas. Realizou-se o estudo do conceito de discricionariedade sob o viés legal e fático, a análise normativa da política criminal de combate às drogas conforme a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, da discricionariedade como mecanismo de manipulação da identidade deteriorada e, por arremate, buscou-se fomentar a reflexão acerca da irracionalidade da discricionariedade da lei de combate às drogas em um Estado que se propõe democrático de direito. Observou-se que a discricionariedade normativa funciona como mecanismo estratégico de estigma e conservação da escala social de subordinação, confundindo-se com o conceito de arbitrariedade, constituindo uma ferramenta de uma política pública inócua referendada pelo Poder Judiciário.

No segundo eixo, são apresentados trabalhos com abordagens que dialogam com a “Violência, criminalidade e controle social”. Assim, o quinto capítulo, dando sequência à numeração adotada no eixo I, analisa os efeitos do noticiário sobre o medo do crime dos moradores de Belo Horizonte (MG), com destaque para a influência da imprensa como preditora desse medo. Sustenta-se que o medo do crime se reveste de uma representação social do meio, ou seja, ele é uma forma de interpretar, pensar e proporcionar sentido para a realidade. A imprensa, nessa linha, atua como uma das principais produtoras de realidades sociais, fomentando uma

influência mútua entre o discurso do crime e o imaginário que as pessoas têm dele.

O sexto capítulo, por meio de um ensaio teórico, apresenta algumas reflexões sobre a criminalidade na pós-modernidade, sendo um dos produtos do projeto de pesquisa científica intitulado *Violência patrimonial à luz da Consumer Culture Theory: contribuições teóricas sobre a criminalidade na pós-modernidade*. Tal pesquisa se desenvolveu a partir de experiências oriundas dos grupos de convivência do projeto Social Possível, realizado com adolescentes em conflito com a lei atendidos nas unidades de internação e de internação provisória da cidade de Sete Lagoas, em Minas Gerais. O objetivo central desse capítulo é retomar a questão dos fatores de risco e a influência deles nas escolhas dos adolescentes em conflito com a lei, que encontram na criminalidade uma saída. A discussão aponta para as marcas deixadas pela questão da violência e seus reflexos na vida desses adolescentes.

O sétimo e último capítulo interpreta o processo institucional que engendrou o Programa de Mediação de Conflitos na Polícia Civil de Minas Gerais, sua implantação e consolidação, bem como identifica os motivos que levaram à sua descontinuidade. Trata-se de uma pesquisa mista, que utiliza métodos quantitativos e qualitativos, em que foram empregadas as seguintes técnicas de coleta de dados: levantamento documental de informações institucionais; observação não participante; e autoetnografia policial. Como resultado, constatou-se que o Programa de Mediação de Conflitos contribuiu para o processo de construção de uma das facetas de cidadania em Minas Gerais por meio do trabalho policial. Conclui-se que, apesar dos fatores multicausais que interromperam o programa, a polícia civil permaneceu alinhada aos princípios democráticos e buscou aprimorar-se por meio do Núcleo

de Direitos Humanos da instituição, que elaborou um novo projeto com vistas a aplicar técnicas de resolução adequada de disputas nas unidades da Polícia Civil de Minas Gerais, em substituição ao Programa de Mediação de Conflitos.

Esta obra coletiva aborda, portanto, três dimensões dos estudos no campo de segurança pública: a centralidade do princípio da dignidade da pessoa humana, a administração pública e a participação social e comunitária.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Gustavo Tomaz de Almeida (UEMG)

Júnia Fátima do Carmo Guerra (UEMG)

Francis Albert Cotta Formiga (UEMG e Polícia Militar de Minas Gerais)